



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 220,00

| Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa». | ASSINATURA | | O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P. |
|---|----------------|----------------|--|
| | Ano | | |
| | As três séries | Kz: 611 799.50 | |
| | A 1.ª série | Kz: 361 270.00 | |
| | A 2.ª série | Kz: 189 150.00 | |
| | A 3.ª série | Kz: 150 111.00 | |

SUMÁRIO

Presidente da República

Despacho Presidencial n.º 152/18:

Delega poderes ao Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República para conferir posse a Adriano Sebastião Mixinge, Administrador Executivo do Conselho de Administração do Memorial Dr. António Agostinho Neto.

Despacho Presidencial n.º 153/18:

Actualiza a Comissão para a Família das Condecorações Militares, coordenada pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República.

Tribunal Supremo

Despacho n.º 6/18:

Cria uma Comissão de Trabalhos para proceder ao levantamento, localização, avaliação do estado e recuperação de todos os bens, móveis e imóveis, e de todos os valores monetários, apreendidos durante a instrução dos processos conhecidos como «burla no BNA» e declarados perdidos a favor do Estado por sentença judicial.

Ministério das Finanças

Decreto Executivo n.º 482/18:

Aprova as Instruções para o Encerramento do Exercício Financeiro de 2018. — Revoga o Decreto Executivo n.º 658/17, de 20 de Novembro, bem como as demais disposições legais que contrariem o disposto no presente Diploma.

Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação

Decreto Executivo n.º 483/18:

Aprova o Regimento Interno do Conselho de Direcção deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 26/15, de 29 de Janeiro, e todas as disposições que contrariem o disposto no presente Diploma.

Decreto Executivo n.º 484/18:

Aprova o Regulamento Interno do Conselho Consultivo deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 30/15, de 3 de Fevereiro, e todas as disposições que contrariem o disposto no presente Diploma.

Decreto Executivo n.º 485/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete Jurídico deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 25/15, de 29 de Janeiro, e todas as disposições que contrariem o disposto no presente Diploma.

Decreto Executivo n.º 486/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa. — Revoga o Decreto Executivo n.º 432/16, de 21 de Outubro, e todas as disposições que contrariem o disposto no presente Diploma.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho Presidencial n.º 152/18
de 8 de Novembro

Considerando que, nos termos da Constituição da República de Angola, o Presidente da República tem competência para nomear os Ministros de Estado, Ministros, Secretários de Estado, Vice-Ministros, Membros de Conselho de Administração e outras entidades;

Tendo sido nomeado o Administrador Executivo do Memorial Dr. António Agostinho Neto;

Havendo necessidade de delegar poderes ao Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, para conferir posse à individualidade recém-nomeada;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República, conjugados com o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 4/17, de 13 de Outubro, o seguinte:

1.º — São delegados poderes ao Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República para conferir posse a Adriano Sebastião Mixinge, Administrador Executivo do Conselho de Administração do Memorial Dr. António Agostinho Neto.

Sendo assim necessário assegurar a tomada de medidas que evitem a contínua degradação, perda e extravio de tais bens e valores;

Por proposta do Procurador Geral da República e para dar cumprimento às sentenças e Acórdãos acima referidos;

Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 3.º do Regulamento da Lei Orgânica do Tribunal Supremo, aprovada pela Resolução n.º 1/14, de 29 de Agosto, determino:

1.º — É criada uma Comissão de Trabalhos para proceder ao levantamento, localização, avaliação do estado e recuperação de todos os bens, móveis e imóveis, e de todos os valores monetários, apreendidos durante a instrução dos processos conhecidos como «burla no BNA» e declarados perdidos a favor do Estado por sentença judicial.

2.º — Incumbe ainda à Comissão ora criada:

- a) Tomar as providências que se tornarem necessárias à protecção de tais bens e valores;
- b) Comunicar à Procuradoria Geral da República, para o devido procedimento criminal, todos os eventuais casos de extravio desses bens e valores;
- c) Apresentar às entidades competentes uma proposta sobre o destino a dar a cada um dos bens e valores supramencionados.

3.º — A Comissão de Trabalho tem a seguinte composição:
Coordenador — Juiz Conselheiro Cristino Molares D'Abril,
Vice-Presidente do Tribunal Supremo e do Conselho Superior da Magistratura Judicial;

1.º Coordenador-Adjunto — Juiz Conselheiro Joel Leonardo, Presidente da Câmara Criminal do Tribunal Supremo;

2.º Coordenador-Adjunto — Procurador Geral-Adjunto da República junto do SIC, Beato Paulo;

Juíza Presidente do Tribunal Provincial de Luanda;
Subprocurador Geral da República Titular da Província de Luanda;

Juizes de Direito que presidem às Secções da Sala Criminal do Tribunal Provincial de Luanda a que pertencem os processos;

Procuradores Azevedo Lucas Jeremias e Gervásio Cauenda, que presidiram a instrução dos processos e a apreensão dos bens.

4.º — A Comissão pode solicitar a colaboração de outros magistrados e entidades que considere necessário.

5.º — É concedido um prazo de 90 dias para a Comissão criada concluir o seu trabalho.

6.º — Conforme estabelecido no n.º 3 do artigo 174.º da Constituição e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º da Lei n.º 2/15, de 2 de Fevereiro — Lei Orgânica sobre a Organização e

Funcionamento dos Tribunais da Jurisdição Comum, todas as autoridades públicas e entidades privadas têm o dever de auxiliar e apoiar a Comissão e os Magistrados que a integram no desenvolvimento das funções que lhes foram confiadas.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Novembro de 2018.

O Juiz Conselheiro Presidente, *Rui Constantino da Cruz Ferreira*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto Executivo n.º 482/18 de 8 de Novembro

Havendo necessidade de se assegurar a elaboração da Conta Geral do Estado de 2018, de harmonia com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 58.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho — Lei do Orçamento Geral do Estado, conjugado com o artigo 3.º das Instruções para a Elaboração da Conta Geral do Estado, aprovadas pelo Decreto Executivo n.º 32/17, de 26 de Janeiro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho, dos n.ºs 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, sobre Delegação de Poderes aos Ministros de Estado e Ministros, e da alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 31/18, de 7 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

São aprovadas as Instruções para o Encerramento do Exercício Financeiro de 2018, anexas ao presente Decreto Executivo, do qual são parte integrante, incluindo o Boletim Mensal de Arrecadação — (BMA) — Anexo I e o Quadro Síntese dos Procedimentos de Encerramento do Exercício — (QPEE) — Anexo II.

ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogado o Decreto Executivo n.º 658/17, de 20 de Novembro, bem como as demais disposições legais que contrariem o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro das Finanças.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

Este Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Novembro de 2018.

O Ministro, *Archer Mangureira*.

**INSTRUÇÕES PARA O ENCERRAMENTO
DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018**

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Diploma estabelece as regras e os procedimentos a que devem observar no processo de Encerramento do Exercício Financeiro de 2018.

ARTIGO 2.º
(Âmbito)

As presentes Instruções aplicam-se a todos os Órgãos do Sistema Contabilístico do Estado, central e sectoriais, integrando os seguintes documentos:

- a) Boletim Mensal de Arrecadação — (BMA) — Anexo I;
- b) Quadro Síntese dos Procedimentos de Encerramento do Exercício — (QPEE) — Anexo II.

ARTIGO 3.º
(Encerramento do exercício)

O Exercício Financeiro de 2018 encerra a 31 de Dezembro de 2018.

ARTIGO 4.º
(Prazo limite para a concessão de créditos adicionais)

A Direcção Nacional do Orçamento do Estado (DNOE) deve atribuir Créditos Adicionais às Unidades Orçamentais e Órgãos Dependentes até ao dia 7 de Dezembro de 2018.

ARTIGO 5.º
(Prazo limite para a cabimentação da despesa)

As Unidades Orçamentais (UO) e os seus Órgãos Dependentes (OD) apenas devem emitir Notas de Cabimentação (NCB) até ao dia 14 de Dezembro de 2018.

ARTIGO 6.º
(Prazo limite para a liquidação da despesa)

As UO e os OD devem emitir Notas de Liquidação da Despesa (NLQ) até ao dia 19 de Dezembro 2018.

ARTIGO 7.º
(Prazo limite para atribuição de Quota Financeira)

A Direcção Nacional do Tesouro deve atribuir Quota Financeira para as UO e OD até ao dia 10 de Dezembro de 2018.

ARTIGO 8.º
(Prazo limite para o pagamento da despesa)

1. As UO e os OD sob a sua tutela só devem emitir OS para pagamento de despesas relativas ao Exercício Financeiro de 2018 até ao dia 21 de Dezembro de 2018.

2. As OS emitidas, até à data indicada no número anterior, devem ser entregues, recebidas e aceites pelo Banco Operador correspondente, até ao dia 27 de Dezembro de 2018.

ARTIGO 9.º
(Saldo da programação e da execução financeira)

1. Após o processamento das OS emitidas até à data fixada no n.º 1 do artigo 8.º do presente Diploma, tornam-se nulos os saldos remanescentes dos Limites Financeiros, das Quotas Financeiras e da Programação Financeira Trimestral, não sendo tais saldos transferidos para o ano de 2019.

2. Os saldos financeiros apurados a 31 de Dezembro de 2018 nas contas das Unidades Orçamentais UO, inseridas no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado — SIGFE, devem ser transferidos, nessa data, para a conta do Tesouro Nacional domiciliada no Banco de Poupança e Crédito — BPC ao escrutínio da Direcção Nacional do Tesouro — DNT.

§ A recolha dos saldos financeiros é, igualmente, aplicável às disponibilidades das contas bancárias tituladas por UO, domiciliadas eventualmente em outros Bancos Comerciais para a constituição do fundo permanente nos termos das Regras de Execução do Orçamento Geral do Estado (OGE).

3. Excluem-se dos saldos referidos no número anterior os valores correspondentes às Ordens de Saque (OS) homologadas pela DNT e às debitadas pelo BPC que, eventualmente, não tenham sido transferidos para as contas dos beneficiários.

4. O Saldo Financeiro disponível a 31 de Dezembro de 2018 na Conta de Garantia do Ministério das Finanças MINFIN para o processamento e compensação de transferências a Crédito a nível do Subsistema de Transferência de Crédito — STC, deve ser transferido na mesma data para a conta bancária do MINFIN de liquidação 94000, domiciliada no Banco Nacional de Angola inserida no SIGFE.

ARTIGO 10.º
(Inscrição em restos a pagar)

1. São passíveis de inscrição em Restos a Pagar as despesas que tiverem sido liquidadas, mas não pagas, até 31 de Dezembro de 2018.

2. É admitida, com carácter excepcional e após certificação da execução física, a inscrição em Restos a Pagar, as cabimentações do Programa de Investimentos Públicos (PIP), com existência de contrato aprovado e assinado pelo órgão ou agente competente e com a Declaração de Conformidade do Tribunal de Contas, conforme o estabelecido nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 20.º das Regras Anuais de Execução do Orçamento Geral do Estado, aprovadas pelo Decreto Presidencial n.º 111/18, de 18 de Abril.

3. As UO e os OD sob a sua superintendência devem anular todos os saldos das cabimentações não liquidadas, até ao dia 28 de Dezembro de 2018.

4. As UO e os OD sob sua superintendência, integradas no SIGFE na modalidade on-line, ao registarem a liquidação das suas despesas no Sistema, reconhecem o direito do credor e assim constituem, automaticamente, os seus Restos a Pagar, estando estes sujeitos à certificação e validação pelo Ministro das Finanças.

5. Após a aprovação dos Restos a Pagar, tal como referido no ponto anterior, a Direcção Nacional da Contabilidade Pública (DNCP) deve proceder à efectivação da sua inscrição até ao dia 22 de Março de 2019, com a data de 31 de Dezembro de 2018.

6. No tratamento da despesa pública contratada no exercício em referência, cabimentada, liquidada e não paga, deve ser aplicada com o máximo rigor a legislação e procedimentos em vigor, nomeadamente:

- a) A exigência da NCB e NLQ;
- b) O cumprimento das Regras Anuais de Execução Orçamental e da Programação Financeira para o respectivo período.

7. Não é reconhecida a dívida que não seja suportada com a respectiva NCB e NLQ, estando os responsáveis portais dívidas sujeitos às sanções previstas na lei.

ARTIGO 11.º

(Programação e execução financeira de Restos a Pagar)

1. As despesas inscritas, em Restos a Pagar, respeitantes a 2018, apuradas com base no disposto no artigo anterior, devem ser objecto de inclusão nas Programações Financeiras, bem como nos respectivos Planos.

2. O pagamento das despesas inscritas em Restos a Pagar é efectuado pelo respectivo OD, observando escrupulosamente a ordem cronológica de vencimento das respectivas facturas, à medida que a Direcção Nacional do Tesouro disponibilize as correspondentes Quotas Financeiras e as UO façam a distribuição dos Limites Financeiros para o efeito.

ARTIGO 12.º

(Prestação de contas)

1. Para efeito do envio dos documentos das prestações de contas aos Órgãos Centrais, as Delegações Provinciais de Finanças devem remeter à Administração Geral Tributária, até 31 de Janeiro de 2019, o formulário BMA (Boletim Mensal de Arrecadação) com os dados referentes a 31 de Dezembro de 2018.

2. As Missões Diplomáticas, Consulares, Delegações e Representações no Exterior devem efectuar o registo no SIGFE, até ao dia 31 de Janeiro de 2019, da prestação de contas referente a Dezembro de 2018.

3. A Administração Geral Tributária deve encaminhar à DNCP, até ao dia 31 de Janeiro de 2019, a informação relativa à receita consolidada do País, arrecadada em Dezembro de 2018, bem como a receita tributária em cobrança, correspondente ao stock da dívida activa.

4. A Direcção Nacional de Tesouro (DNT) deve encaminhar à DNCP, até ao dia 31 de Janeiro de 2019, os Extractos Bancários das Contas do Tesouro Nacional, devidamente conciliados.

5. O Instituto de Promoção e Coordenação da Ajuda às Comunidades (IPROCAC) deve encaminhar ao Ministério das Finanças, nomeadamente a DNCP, até ao dia 31 de Janeiro de 2019, o demonstrativo das doações recebidas pelos Órgãos do Estado.

6. A Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGD) deve encaminhar à DNCP, até ao dia 31 de Janeiro de 2019 o seguinte:

- a) Demonstrativo da Dívida Interna e Externa;
- b) Resumo dos Contratos de Financiamento.

7. O Serviço de Tecnologia de Informação e Comunicação das Finanças Públicas (SETIC-FP) deve de forma automática executar, no âmbito do encerramento do exercício, as seguintes tarefas:

- a) Disponibilização, até ao dia 30 de Novembro de 2018, da funcionalidade no SIGFE das Pré-Tabelas de Contas e Eventos para 2019;
- b) Inscrição automática dos Restos a Pagar (dos Órgãos interligados directamente no SIGFE), por instrução da DNCP, após certificação e validação pelo Ministro das Finanças, até ao dia 22 de Março de 2019.

8. A Direcção Nacional de Contabilidade Pública deve proceder ao:

- a) Bloqueio das rotinas de emissão das NCB a partir das 00:00 horas do dia 15 de Dezembro de 2018;
- b) Bloqueio das rotinas de emissão das NLQ a partir das 00:00 horas do dia 20 de Dezembro de 2018;
- c) Bloqueio das rotinas de emissão das OS a partir das 00:00 horas do dia 22 de Dezembro de 2018;
- d) Bloqueio das rotinas de Créditos Adicionais a partir das 00:00 horas do dia 08 de Dezembro de 2018;
- e) Bloqueio das rotinas de Quota Financeira a partir das 00:00 horas do dia 11 de Dezembro de 2018.

9. A SONANGOL deve remeter ao MINFIN, até ao dia 21 de Janeiro de 2019, o seguinte:

- a) O Demonstrativo das receitas do Estado não transferidas para CUT (Conta Única do Tesouro);
- b) Os documentos bancários dos pagamentos feitos para as contas de garantia dos bancos depositários, para a liquidação do serviço da Dívida.

ARTIGO 13.º

(Síntese dos procedimentos de encerramento do exercício)

A execução dos procedimentos de gestão estabelecidos nestas Instruções deve ter, no que couber, o suporte informático, conforme sintetizado no formulário Quadro Síntese dos Procedimentos de Encerramento do Exercício (QPEE), onde estão identificados os órgãos responsáveis pelas acções e estabelecidos os prazos limite para o seu cumprimento.

ARTIGO 14.º

(Fiscalização)


Incumbe à Inspeção Geral de Finanças, directamente ou através dos Gabinetes Provinciais de Inspeção, fiscalizar o cumprimento das disposições previstas nas presentes Instruções.

Luanda, [...] de [...] de 2018.

O Ministro, *Archer Mangueira*.

ANEXO I

a que se refere a alínea a) do artigo 2.º

|  | REPÚBLICA DE ANGOLA MINISTÉRIO DAS FINANÇAS ADMINISTRAÇÃO GERAL TRIBUTÁRIA | BOLETIM MENSAL DE ARRECADAÇÃO — BMA | | | | | | | | | | Página/Total | Mês/Ano |
|---|--|-------------------------------------|--|--|--|--|----------------------|--|-------------------|------------------------------------|--|--------------|---------------------|
| | | Designação da Delegação Provincial | | | | | | | | | | | /2018 |
| | | | | | | | | | | | | | |
| Designação da Delegação Provincial | | | | | | | | | | | | | Código da Província |
| | | | | | | | | | | | | | |
| Código da Receita | Designação da Receita | Receitas Cobradas | | | | | Código da Receita | Designação da Receita | Receitas Cobradas | | | | |
| A11 | Imp. Rend. Trabalho — Conta Própria | | | | | | Transporte | | | | | | |
| A12 | Imp. Rend. Trabalho — Conta Outrem | | | | | | F74 | Outras Receitas Tributárias | | | | | |
| A14 | Imp. s/Aplicação de Capitais — Secção A | | | | | | G81 | Taxas dos Serviços Aduaneiros | | | | | |
| A21 | Imp. s/Rend. Indústrias Petrolíferas | | | | | | G82 | Taxa Circulação de Veículos Automóveis | | | | | |
| A23 | Imposto Industrial — Grupo A | | | | | | G83 | Custas Fiscais | | | | | |
| A24 | Imp. s/aplicação de Capitais — Secção B | | | | | | G89 | Emolumentos e Taxas Diversas | | | | | |
| A26 | Imposto Industrial — Grupo B | | | | | | I01 | Rendas de Casa | | | | | |
| A27 | Imposto Industrial — Grupo C | | | | | | J24 | Receitas Serv. Conserv. Reg. e Notário | | | | | |
| B31 | Imposto Predial Urbano | | | | | | J25 | Receitas de Serviços Comunitários | | | | | |
| B32 | Imposto sobre Sucessões e Doações | | | | | | J26 | Receitas de Serviços Diversos | | | | | |
| B33 | Imp. Transm. Imob. Título Oneroso — Sisa | | | | | | L37 | Juros de Mora | | | | | |
| D52 | Imp. de Cons. Prod. Derivados do Petróleo | | | | | | L38 | Multas Fiscais | | | | | |
| D54 | Imp. de Consumo Cerveja Nacional | | | | | | L39 | Multas sobre Dividas | | | | | |
| D55 | Imp. de Consumo Cerveja Importada | | | | | | L40 | Multas de Trânsito | | | | | |
| D56 | Imp. de Consumo Bebidas Alcoólicas | | | | | | L42 | Multas de Actividades Pesqueiras | | | | | |
| D59 | Imp. de Consumo de Produtos Diversos | | | | | | L43 | Outras Multas e Penalidades | | | | | |
| D61 | Imp. de Consumo s/ Rend. de Telecomunicações | | | | | | L44 | Indemnizações e Restituições | | | | | |
| D62 | Imp. de Cons. s/Serviços de Hotel e Similares | | | | | | L45 | Vendas Diversas ou Eventuais | | | | | |
| D63 | Imp. de Cons. S/Serv. de Água/Electricidade | | | | | | L50 | Diversas Receitas Correntes | | | | | |
| E61 | Imposto sobre a Exportação | | | | | | L51 | Adicional de 10% sobre Multas | | | | | |
| E62 | Imposto sobre a Importação | | | | | | L52 | Multas e outras Penalidades Aduaneiras | | | | | |
| F71 | Imposto de Selo | | | | | | M02 | Alienação de Habitações | | | | | |
| F72 | Imposto de Farolagem | | | | | | M04 | Alienação de Bens Diversos | | | | | |
| F73 | Imposto de Tonelagem | | | | | | M11 | Alienação de Empresas | | | | | |
| Totais a Transportar | | | | | | | Totais a Transportar | | | | | | |
| Declaração | | | | | | | | | | | | | |
| Data | | Encarregado — Assinatura | | | | O Chefe do Departamento de Impostos — Assinatura | | | | O Delegado Provincial — Assinatura | | | |

ANEXO II

a que se refere a alínea b) do artigo 2.º

Quadro-Síntese dos Procedimentos de Encerramento do Exercício — QPEE de 2018

| A. PROCEDIMENTOS DA GESTÃO | Órgão Responsável | Órgão Destinatário | Prazos | Dispositivos das Instruções para o Encerramento |
|--|-------------------|--------------------|----------------|---|
| 1. Cabimentação de Despesas (emissão da NCB) | UO e OD | — | Até 14/12/2018 | Artigo 5.º |
| 2. Liquidação de Despesas (emissão da NLQ) | UO e OD | — | Até 19/12/2018 | Artigo 6.º |
| 3. Pagamento de Despesas (emissão de OS) | UO e OD | - | Até 21/12/2018 | Artigo 8.º, n.º 1 |
| 4. Entrega das OS ao Banco Operador | UO e OD | Bco. Operador | Até 27/12/2018 | Artigo 8.º, n.º 2 |
| 5. Transferência dos saldos financeiros das contas das UO aditadas ao SIGFE para a conta do Tesouro Nacional | UO | DNT | Até 31/12/2018 | Artigo 9.º, n.º 2 |
| 6. Anulação dos saldos de Cabimentação não Liquidada | UO e OD | — | Em 28/12/2018 | Artigo 10.º, n.º 3 |
| 7. Inscrição dos Restos a Pagar | DNCP | | Até 22/03/2019 | Artigo 10.º, n.º 5 |
| | | | | |
| B. PRESTAÇÃO DE CONTAS | | | | |
| 1. Remessa do formulário BMA | DPF | AGT | Até 31/01/2019 | Artigo 12.º, n.º 1.a) |
| | | | | |
| 2. Prestações de Contas referente a Dezembro de 2018 | MDC'S | DNCP | Até 31/01/2019 | Artigo 12.º, n.º 2 |
| 3. Receita consolidada do País até Dezembro de 2018 | AGT | DNCP | Até 31/01/2019 | Artigo 12.º, n.º 3 |
| 4. Receita tributária em cobrança | AGT | DNCP | Até 31/01/2019 | Artigo 12.º, n.º 3 |
| 5. Extractos bancários da CUT - conciliados | DNT | DNCP | Até 31/01/2019 | Artigo 12.º, n.º 4 |
| 6. Demonstrativo das doações recebidas pelo Estado | IPROCAC | DNCP | Até 31/01/2019 | Artigo 12.º, n.º 5 |
| 7. Demonstrativo dos fluxos de financiamento e gestão da Dívida Interna e Externa | UGD | DNCP | Até 31/01/2019 | Artigo 12.º, n.º 6.a), b) |
| | | | | |
| C. PROCEDIMENTOS DA INFORMÁTICA | | | | |
| 1. Disponibilização da funcionalidade no SIGFE das Pré-Tabelas de Contas e Eventos para 2017 | SETIC-FP | DNCP | Até 30/11/2018 | Artigo 12.º, n.º 7.a) |
| 2. Restos a Pagar (dos Órgãos interligados directamente no SIGFE) | SETIC-FP | DNCP | Até 22/03/2019 | Artigo 12.º, n.º 7.b) |
| 3. Bloqueio no SIGFE da rotina de emissão da NCB | SETIC-FP | DNCP | Até 14/12/2018 | Artigo 12.º, n.º 8.a) |
| 4. Bloqueio no SIGFE da rotina de emissão da NLQ | SETIC-FP | DNCP | Até 19/12/2018 | Artigo 12.º, n.º 8.b) |
| 5. Bloqueio no SIGFE da rotina de emissão das OS | SETIC-FP | DNCP | Até 21/12/2018 | Artigo 12.º, n.º 8.c) |
| 6. Bloqueio no SIGFE da rotina de concessão de Créditos Adicionais | SETIC-FP | DNCP | Até 7/12/2018 | Artigo 12.º, n.º 8.d) |
| 7. Bloqueio no SIGFE da rotina de concessão de Quota Financeira | SETIC-FP | DNCP | Até 10/12/2018 | Artigo 12.º, n.º 8.e) |
| | | | | |
| D. SONANGOL | | | | |
| 1. Entrega do Desembolso das Receitas do Estado, não transferidas para a CUT | SONANGOL | DNCP | Até 21/01/2019 | Artigo 12.º, n.º 9.a) |
| 2. Entrega dos documentos bancários dos pagamentos feitos para as contas de garantia dos bancos depositários, para a liquidação do serviço da Dívida | SONANGOL | DNCP | Até 21/01/2019 | Artigo 12.º, n.º 9.b) |
| | | | | |

Luanda, ____ de _____ de 2018.

O Ministro, *Archer Manguiera*.

MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Decreto Executivo n.º 483/18
de 8 de Novembro

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento do Conselho de Direcção, a que se refere na alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 16/18, de 25 de Janeiro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, em conjugação com a alínea e) do artigo 4.º e do artigo 22.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regimento Interno do Conselho de Direcção do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, anexo ao presente Diploma e que dele faz parte integrante.

ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogado o Decreto Executivo n.º 26/15, de 29 de Janeiro, e todas as disposições que contrariem o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas por Despacho do Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Outubro de 2018.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE DIRECÇÃO

CAPÍTULO I Definição e Atribuições

ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente Regimento Interno estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho de Direcção do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

ARTIGO 2.º (Definição e natureza)

O Conselho de Direcção, abreviadamente designado por (CD), é o órgão de apoio consultivo do Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, em matéria de planeamento, gestão, coordenação, orientação e disciplina dos serviços que integram o Ministério.

ARTIGO 3.º (Atribuições)

O Conselho de Direcção tem as seguintes atribuições:

- a) Avaliar as actividades dos serviços e órgãos do Ministério;
- b) Pronunciar-se sobre as questões de políticas do Ministério e do Sector;
- c) Apreçar e avaliar o desempenho das empresas do Sector e dos órgãos tutelados;
- d) Pronunciar-se sobre os projectos económicos sociais financiados pelo Sector;
- e) Pronunciar-se sobre a organização interna do Ministério;
- f) Emitir pareceres sobre os projectos de leis e demais diplomas relativos ao Sector ou que lhe forem submetidos;
- g) Pronunciar-se sobre questões que têm influência no bom funcionamento dos serviços do Ministério;
- h) Analisar as propostas de orçamento do Ministério;
- i) Pronunciar-se sobre as demais matérias que lhe forem atribuídas por lei.

CAPÍTULO II Da Composição e Funcionamento

ARTIGO 4.º (Composição)

1. O Conselho de Direcção do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação tem a composição prevista no artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 16/18, de 25 de Janeiro, sendo que é presidido pelo Ministro e integra os seguintes membros:

- a) Secretários de Estado;
- b) Directores Nacionais e Equiparados.

2. O Ministro pode por iniciativa convidar outros responsáveis ou Técnicos a participar nas sessões cuja presença seja considerada necessária para a matéria objecto de análise.

ARTIGO 5.º (Presidência das Sessões)

O Conselho de Direcção é presidido pelo Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, a quem compete:

- a) Proceder à abertura e ao encerramento das reuniões;